



ISBN: 978-85-68242-99-5

EIXO TEMÁTICO:

- () Ambiente Construído e Sustentabilidade
- () Arquitetura da Paisagem
- (X) Cidade, Paisagem e Ambiente
- () Cidades Inteligentes e Sustentáveis
- () Engenharia de Tráfego, Acessibilidade e Mobilidade Urbana
- () Meio Ambiente e Saneamento
- () Patrimônio Histórico: Temporalidade e Intervenções
- () Projetos, Intervenções e Requalificações na Cidade Contemporânea

Os rios na ocupação territorial de Mato Grosso do Sul: a influência da paisagem do “Sertão” no processo de assenhoreamento da porção leste do Estado

The rivers in Mato Grosso do Sul territorial occupation: “Backwoods” influence in the process of possessing the eastern portion of the State

Los ríos en la ocupación territorial de Mato Grosso do Sul: la influencia del paisaje del “Sertão” en el proceso de dominar la parte oriental del Estado

Ananda Soares Rosa

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PPAGARQ FAAC UNESP, Brasil.
anandasrosa@hotmail.com

Nilson Ghirardello

Professor Doutor, PPAGARQ FAAC UNESP, Brasil.
nilson.ghirardello@unesp.br

Norma Regina Truppel Constantino

Professora Doutora, PPAGARQ FAAC UNESP, Brasil.
norma.rt.constantino@unesp.br

RESUMO

Este artigo propõe averiguar o papel dos rios e da paisagem do “Sertão” mato-grossense no processo de ocupação do território de Mato Grosso “uno” – assim denominado em virtude de até 1977 os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul comporem um território unificado. Posteriormente, o trabalho afunila o olhar a parte leste do sul do Estado, o Sertão dos Garcias, no intuito de observar de que maneira se deu o assenhoreamento das terras dessa região através da descrição da sua paisagem. Ao tentar demonstrar como a extensão territorial dessa superfície fora baluarte de fronteira nas relações entre a Metrópole e a Espanha, este artigo perpassa sobre como e por que se deu a ocupação deste vasto espaço tentando engrandecer o papel dos rios nesse processo. Trata, adiante, da ocupação do sul-mato-grossense e da importância das terras a leste nesse contexto, onde a paisagem natural preliminarmente apoderada pelos índios Caiapós foi sendo tomada pelo homem branco, o qual ali afazendou-se no intuito de desenvolver a pecuária, atividade favorecida pela geografia local que muito contribuiu para a ocupação do espaço. Assim, através da revisão de literatura e da análise de documentos primários e secundários, baseado nas chaves de leitura na pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo de Constantino (2014) e no entendimento sobre a paisagem de Besse (2006), este artigo visa a compreensão do processo de ocupação do território mato-grossense ao discorrer sobre a paisagem daqueles chãos e sobre o protagonismo dos rios nas entradas ao “Sertão”.

PALAVRAS-CHAVE: Rios. Ocupação Territorial. Mato Grosso do Sul. Paisagem.

ABSTRACT

This paper proposes to investigate the role of the rivers and Mato Grosso “Backwoods” in the process of the “unified” Mato Grosso territory – named this way because, until 1977, the States of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul were an unified territory. Subsequently, the work narrows the gaze to the eastern part of the southern part of the State, the Sertão dos Garcias, in order to observe how the lands of this region took place through the description of its landscape. In an attempt to demonstrate how the territorial extension of this surface was a stronghold border in the relations between the Metropolis and Spain, this article examines how and why the occupation of this vast space took place trying to enhance the role of rivers in this process. It deals, later, with the occupation of the south of Mato Grosso and the eastern lands importance in this context, where the natural landscape preliminarily seized by the Caiapós Indians was taken by the white man, who was there to possess the space and develop livestock, activity favored by the local geography that greatly contributed to that lands occupation. Thus, through literature review and analysis of primary and secondary documents, based on the reading keys in Architecture and Urbanism scientific research from Constantino (2014) and on the understanding of Besse’s (2006) landscape, this article aims at understanding Mato Grosso territorial occupation process by talking about those floors landscape and about the rivers protagonism in the entrances to the “Backwoods”.

KEYWORDS: Rivers. Territorial Occupation. Mato Grosso do Sul. Landscape.

RESUMEN

Este documento propone investigar el papel de los ríos y el paisaje del “Sertão” del Mato Grosso en el proceso de ocupación del territorio de “uno” Mato Grosso, llamado así porque, hasta 1977, los Estados de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul eran un territorio unificado. Posteriormente, el trabajo reduce la mirada a este de la parte sur del Estado, el Sertão dos Garcias, para observar cómo se desarrollaron las tierras de esta región a través de la descripción de su paisaje. En un intento por demostrar cómo la extensión territorial de esta superficie fue un bastión fronterizo en las relaciones entre Metrópolis y España, este artículo examina cómo y por qué tuvo lugar la ocupación de este vasto espacio tratando de mejorar el papel de los ríos en este proceso. Trata, más tarde, con la ocupación del sur de Mato Grosso y la importancia de las tierras al este en este contexto, donde el paisaje natural incautado preliminarmente por los indios Caiapós fue tomado por el hombre blanco, que estaba allí para desarrollar el ganado, actividad favorecida por la geografía local que contribuyó en gran medida a la ocupación del espacio. Por lo tanto, a través de la revisión de la literatura y el análisis de documentos primarios y secundarios, basados en las claves de lectura en la investigación científica de Arquitectura y Urbanismo de Constantino (2014) y en la comprensión del paisaje de Besse (2006), este artículo tiene como objetivo comprender del proceso de ocupación del territorio de Mato Grosso al discutir el paisaje de esos pisos y el protagonismo de los ríos en las entradas a “Sertão”.

PALABRAS-CLAVE: Ríos. Ocupación Territorial. Mato Grosso do Sul. Paisaje.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Constantino (2014), se observarmos as relações entre as cidades e os rios – ou as bacias hidrográficas das quais fazem parte – podemos expandir e entrelaçar as dimensões culturais e ambientais. A isso acrescentamos: ao relacionarmos os rios e as paisagens das quais são componentes com o processo de ocupação do território e a consequente formação de cidades, podemos alargar e cruzar não só as dimensões culturais e ambientais, mas também as históricas e sociais. Tal fato pode ser justificado na medida em que se aproxima o estudo às competências do Urbanismo e da Arquitetura já que suas abrangências de conhecimento apontam na direção do entendimento, da concepção e da construção de espaços apropriados às atividades humanas, “ao mesmo tempo em que se constituem expressão da cultura e dos valores de uma **sociedade historicamente determinada**” (LAMPARELLI, 1996, p. 16, **grifo nosso**).

Para Lopes e Constantino (2018), historicamente os rios desempenharam um papel significativo e estruturador no surgimento das cidades desde os primórdios da civilização. Os primeiros agrupamentos populacionais se deram nas proximidades de cursos d’água, considerando que estes, além de fornecer água para consumo, “ofereciam também alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, assim como controle do território, servindo como barreira de defesa aos possíveis invasores” (LOPES; CONSTANTINO, 2018, p. 47).

Na mesma medida pode-se dizer que a relação entre os rios e a ocupação territorial foi estabelecida no Brasil desde o período colonial, quando as primeiras ocupações, mesmo àquelas que se situavam à beira mar, foram organizadas inicialmente às margens de rios de água doce (COSTA, 2006). O povoamento territorial brasileiro iniciou-se basicamente a partir do litoral, onde as vilas foram implantadas junto à costa por uma questão de segurança e proteção do território recém descoberto (CONSTANTINO; FOLONI, BIERNATH, 2016), ou seja, a proximidade e o fornecimento de água foram um dos requisitos básicos para a formação e o desenvolvimento de cidades.

Com o passar do tempo, a geografia (relevo, vegetação e hidrografia) continuou sendo condicionante dos processos que resultaram na ocupação do interior do Brasil e no surgimento de cidades, bem como na formação de seus limites territoriais, tendo sido os rios fundamentais nesse decurso ao apresentar papel estruturador no processo de ocupação e interiorização do espaço (LOPES; CONSTANTINO, 2018). Como caminhos, os rios precisariam a direção a ser tomada ao se avançar rumo a Oeste¹ no intuito de expandir as fronteiras coloniais e assegurar a posse de terras aos portugueses, sendo encarados como vias de penetração para o interior do continente e/ou sendo vistos como base para a fixação dos limites políticos do Brasil (CORRÊA, 2008), já que no vasto território brasileiro a parte Oeste era considerada nos mapas dos séculos XVIII e XIX, como “terrenos desconhecidos habitados por indígenas”. A direção seria o interior, o “Sertão”², e a ação seria o devassamento e a incorporação do “Sertão” ao Brasil oficial

¹ De acordo com Ghirardello (2002, p. 69), é oportuno fazer a observação a respeito do termo ‘Oeste’, utilizado de forma genérica em documentos antigos. Segundo ele (2002, p. 69), “A falta de precisão por vezes resulta em dificuldades de situar determinado fato ou acontecimento em áreas que podem estar fisicamente distantes (...)”. Assim, o termo ‘Oeste’ pode se referir tanto às terras situadas na região de Bauru, no Estado de São Paulo, quanto na região de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, geograficamente se tratando.

² Neste artigo a utilização do termo ‘Sertão’ refere-se ao “outro” geográfico, qualificado como um tipo empírico de lugar, ou seja, não diz respeito a uma paisagem típica, como clima, relevo

(CORRÊA, 2008). Segundo o mesmo autor (2008, p. 53), “O papel dos rios foi viabilizar a história fixada pela natureza, a posse do território”.

Imerso nesse contexto do avanço populacional ao interior das terras do Brasil e do protagonismo dos rios nessas conjunturas, este estudo propõe averiguar o papel dado aos recursos hídricos e à paisagem do “Sertão” mato-grossense no processo de ocupação da porção sul do Estado de Mato Grosso³, posteriormente afunilando o olhar à parte leste do mesmo, o Sertão dos Garcias, no intuito de observar de que maneira se deu o assenhoreamento das terras dessa região através da descrição da sua natureza.

Tema pouco discutido na história regional como um todo, este artigo trata, a princípio, da ocupação de Mato Grosso “uno” – expressão utilizada por Hidelbrando Campestrini (2016, p. 26) para designar o espaço relativo aos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul juntos, cuja denominação concerne à paisagem daqueles chãos. Faremos uma contextualização histórica ao tentar demonstrar como a extensão territorial dessa superfície fora baluarte de fronteira, ainda em pleno século XVIII, nas relações entre a Metrópole e a Espanha, perpassando sobre como e por que se deu a ocupação deste vasto território e tentando engrandecer o papel dos rios nesse processo.

Posteriormente trataremos com mais enfoque da ocupação do sul mato-grossense e da importância das terras a leste do sul da Província nesse contexto. Discorreremos acerca da paisagem natural deste espaço preliminarmente ocupado pelos índios Caiapós e de que maneira foi sendo ocupado pelo homem branco, o qual afazendou-se por aquelas bandas no intuito de desenvolver a pecuária, atividade favorecida pela paisagem e topografia local e que muito contribuíram para a ocupação do espaço.

Assim, através da revisão de literatura e da análise de documentos primários e secundários, baseado nas chaves de leitura para a pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo de Constantino (2014) e no entendimento sobre a paisagem de Besse (2006), este artigo visa a compreensão do processo de ocupação do território mato-grossense ao discorrer sobre a paisagem daqueles chãos e sobre o protagonismo dos rios nas entradas ao “Sertão”.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre o processo de ocupação do sul do Estado de Mato Grosso ao arguir a respeito da paisagem do “Sertão” mato-grossense na tentativa de demonstrar como os rios foram protagonistas desse cenário desde os primeiros séculos de colonização. Apresenta-se, a princípio, um apanhado histórico sobre Mato Grosso “uno” e, posteriormente, afunila-se o olhar para a parte leste do sul do mesmo, averiguando a importância dos rios e da

ou vegetação. O intuito da utilização deste termo é referir-se a regiões afastadas, áreas “desocupadas” no interior, neste caso o “Sertão” sul-mato-grossense.

³ Neste trabalho, ao se fazer referência ao Estado de Mato Grosso do Sul, utiliza-se, frequentemente, as expressões “sul de Mato Grosso”, “sul do Estado”, “sul-mato-grossense”, ou até mesmo “leste do sul do Estado de Mato Grosso”, ao invés da expressão “Mato Grosso do Sul”, pois é sabido que foi apenas em Outubro de 1977, pela Lei complementar nº 31, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel, que o Estado de Mato Grosso dividiu-se em dois: o segmento Norte, que manteve a nomenclatura antiga, e a seção Sul, a qual passou a compor o Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, o recorte temporal abrangido por este artigo é restrito aos séculos XVIII e XIX, ou seja, ainda quando o território era unificado.

paisagem natural daqueles chãos nesse contexto de assenhoreamento das terras nesse espaço sul mato-grossense, no recorte temporal que vai até o final do século XIX.

3 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa na área do Urbanismo e da Arquitetura que busca a compreensão do processo de ocupação territorial a partir da análise da paisagem local, utilizou-se o livro *Architectural Research Methods* em que Linda Groat e David Wang (2002) apresentam vários métodos de pesquisa dentre os quais o método acerca da “pesquisa histórico-interpretativa” foi selecionado, visto ser o que melhor qualifica o estudo em questão. De acordo com os autores (2002), a pesquisa histórico-interpretativa é definida “*specifically as investigations into social-physical phenomena within complex contexts, with a view toward explaining those phenomena in a narrative form and a holistic fashion*”⁴ (GROAT; WANG, 2002, p. 136, **grifo nosso**). Assim, para um estudo focado na paisagem que tem a história (do Urbanismo, especialmente) como plano de fundo, segundo o livro em questão (2002), são prescritas quatro etapas fundamentais: a busca por dados; a identificação e organização dos mesmos; sua avaliação e análise; e a construção de uma narrativa a partir desses indícios.

Aliado a essa metodologia, Constantino (2014), no artigo intitulado *As cidades e os rios: chaves de leitura utilizadas na pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo*, apresenta e discute algumas chaves de leitura utilizada na pesquisa tendo como foco a relação entre as cidades e os rios. Segundo a autora (2014), dentre as pesquisas sobre rios urbanos, desenvolvidas por pesquisadores na área da Arquitetura e Urbanismo, uma das chaves de leitura é a da história da cidade e do território, cuja metodologia deve se basear, em sua maioria, na pesquisa documental e sua análise.

Desta maneira, a primeira etapa constou da busca por documentos primários e secundários exemplificados, principalmente, por relatos e manuscritos deixados pelos sertanistas que cruzaram o “Sertão” mato-grossense tendo como foco o “desbravamento” do espaço e a tomada de posse das terras. Em inúmeros trechos desses manuscritos há descrições da paisagem – relatos fiéis do cenário paisagístico da época, que muito podem contribuir para o discurso que se monta neste artigo.

Ademais, realizou-se a revisão de literatura para responder, ou de alguma outra forma adicionar conhecimento ao assunto aqui tratado. Dentre as bibliografias utilizadas destaca-se o autor Jean-Marc Besse (2006), segundo o qual é possível fazer uma leitura dessa paisagem enquanto representação cultural, como um território produzido pelas sociedades ao longo da história; complexo sistêmico que articula elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva.

4 RESULTADOS

4.1 Os rios no processo de ocupação das terras de Mato Grosso

Divisa entre colônias pertencentes a coroas distintas – portuguesa e espanhola – o imenso território mato-grossense foi alvo, desde o seu princípio, de disputas por terras e riquezas naturais. Fronteira com o Paraguai, Bolívia e com os Estados do Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, até o ano de 1977 o Estado de Mato Grosso abrangia, de acordo com Ayala;

⁴ “especificamente como investigações de fenômenos **sócio-físicos** em contextos complexos, com vistas a explicar esses fenômenos na forma narrativa e holística” (GROAT; WANG, 2002, p.136, tradução e **grifo nossos**).

Simon (1914), uma área de 1.500.000 quilômetros quadrados, correspondendo, em superfície, aos países da Alemanha, França, Inglaterra e Itália, juntos. Em razão de sua localização periférica no espaço geográfico brasileiro com relação ao sudeste, Mato Grosso situa-se bem ao centro da América do Sul e por esse motivo foi objeto de cobiça, desde o século XVI, por parte dos europeus, haja vista sua situação mais acessível aos espanhóis, nos primeiros séculos da colonização.

As primeiras ocupações do espaço mato-grossense remontam aos jesuítas, os quais, de acordo com Ghirardello (2007), criaram núcleos missionários que foram destruídos pelos bandeirantes em 1680. Algumas dessas bandeiras, especialmente as que utilizavam de vias fluviais, ficaram conhecidas como “monções”, pois seus integrantes aproveitavam da época mais favorável do ano para navegação e caminhos de acesso, impulsionados pelos ventos monçoeiros (CAMPESTRINI, 2016)⁵. Para atingir o “Sertão” mato-grossense os colonizadores portugueses partiam de São Paulo utilizando-se da navegação dos rios Tietê, Paraná e invernando pelos rios Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e por fim Cuiabá.

Caio Prado Junior (1961, p.31) em *Formação do Brasil Contemporâneo*, assinala que foi o “bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente”. Conforme aborda este autor (1961), mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do século XVII, fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente: em Minas Gerais, Goiás e também no território de Mato Grosso. Destarte, segundo Amorim (2004, p. 18), o movimento migratório e de avanço realizado pelos paulistas que, através dos rios, rumavam aos sertões, resultou na caça ao nativo, transformado em escravo, e, por outro lado, de forma positiva, culminou na descoberta do “Segundo Eldorado Brasileiro”, que seria a exploração de Mato Grosso, além da ampliação do território e da navegação tanto terrestre quanto fluvial – episódios que contribuíram para as raízes do atual contorno geográfico mato-grossense e, também, brasileiro.

Numa dessas bandeiras pelo rio Cuiabá em busca de índios para serem escravizados e de riquezas, encontrou-se ouro em abundância, provocando uma corrida sem precedentes à região e atraindo não só a atenção da administração colonial, mas também grande número de paulistas e outros colonos portugueses. Através dos rios e por terem entrado nos sertões, esses paulistas apropriaram-se de terras ao buscar enriquecer na “cata” aos metais preciosos; assim, o dinamismo econômico produzido pela mineração intensificou o processo de ocupação da região centro-oeste (RODRIGUES, 2008, p.70).

Fundou-se, assim, em 1719, a primeira povoação não-índia em terras mato-grossenses: o arraial da Forquilha – origem de Cuiabá –, “iniciando a corrida do ouro e a história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, despertando o interesse da coroa portuguesa” (CAMPESTRINI, 2016, p. 35-36). Foi o movimento minerador o grande estímulo para o surgimento de pequenos povoados nas circunvizinhanças das minas, os quais em pouco tempo transformavam-se em vilas abastecidas pelo comércio e pela produção de alimentos cultivados por pequenos lavradores e roceiros (CORREA FILHO, 1949). Os rios, nesse contexto, serviam de caminhos para os colonos, além de oferecerem orientações e conduzirem-nos com o movimento das águas, os alimentavam e saciavam sua sede (CORRÊA, 2008).

⁵ Segundo o mesmo autor (2016), mais tarde, qualquer expedição fluvial, inclusive a de comerciantes, ficou conhecida por monção.

A partir do início do século XIX, com a decadência do ouro em Cuiabá e o arrocho fiscal, descobriu-se novas lavras ao norte, dando sequência ao Ciclo guaporeano, onde, “em vista de se encontrarem em plena floresta amazônica e extasiados pela exuberância da mata espessa e selvagem, deram ao local o nome de Mato Grosso” (CAMPESTRINI, 2016, p. 61). Por causa do esgotamento das lavras, parcelas da população partiram em busca de novos meios de vida e despovoaram relativamente a vila de Cuiabá e o seu entorno, tendo se estabelecido em núcleos rurais (RODRIGUES, 2008).

Nesse contexto da posse de terras de Mato Grosso uno pelos portugueses e espanhóis, abre-se um parêntese para trazer uma importante consideração que Campestrini (2016), por sua vez, traz sobre o território sul: em razão da grande quantidade de ouro fácil na região de Cuiabá e, depois, dos garimpos ao norte e do Guaporé, a corte portuguesa não se preocupava em fixar-se no território referente hoje ao sul do Estado, servindo-se dele apenas como rota para as minas – rotas estas, em sua maioria, por meio dos rios. De acordo com Guimarães (1999), nem mesmo a abundância de gado nativo e campo farto para a criação em clima bom, terras boas com grandes rios navegáveis, fazia a Coroa se interessar pelo território do sul de Mato Grosso, onde os índios viviam.

Em 1748, conforme traz Corrêa (1999), criou-se a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo. Em verdade, nesse momento, a Capitania mato-grossense não tinha limites muito precisos (CAMPESTRINI, 2016), tendo sua elevação sido resultado do rápido desenvolvimento daquelas terras, cujo desmembramento marcou o último dos cortes sofridos pelo território paulista no século XVIII, reduzindo-o a pouco mais que as proporções atuais, depois de haver englobado Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e todo o sul do país (MATOS, 1950).

O primeiro Capitão-General da Capitania de Mato Grosso foi D. Antônio Rolim de Moura Tavares, o qual, em 1752, partindo de Cuiabá e percorrendo 34 dias de marcha atingiu o rio Guaporé, onde fundou às suas margens, a Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso (CAMPESTRINI, 2016). Embora nunca tenha se desenvolvido apreciavelmente, nesse momento, essa localidade se tornou sede do governo da Capitania quando foi elevada a vila, graças a sua posição estratégica nas margens do rio Guaporé, onde passou a dominar as fronteiras com as posses castelhanas (PRADO JUNIOR, 1961).

Considerava-se, então, que o governador cumprisse a importante tarefa de avançar rumo ao oeste para que “ocupasse mediante a necessária cautela e dexteridade todo o terreno que pudesse, ao Poente”, de acordo com o parágrafo 23 de suas “Instruções de 19 de Janeiro de 1749” (AYALA; SIMON, 1914, p. 363). Assim, estabeleceu-se uma rota fluvial entre a então capital da Capitania mato-grossense, Vila Bela, e o porto de Belém do Pará, em que os rios alto-paraguaios eram a via natural de comunicação e comércio entre Mato Grosso e São Paulo, e daí para outras localidades (SILVA, 2004)⁶.

Com o feito, o governador cumpria ordens expressas pela Coroa portuguesa de estabelecer-se em terras conhecidas por Mato Grosso – sem localização e divisas precisas – e próximas à fronteira com os espanhóis (CAMPESTRINI, 2016). A Coroa portuguesa adotou, então, medidas

⁶ De acordo com Silva (2004), esse caminho, apesar de ter o Paraguai no percurso, não tinha este Rio como principal rota. Para os monçoeiros, eram as acidentadas águas do Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, São Lourenço e Cuiabá, que deveriam ser transpostas. O rio Paraguai, embora não ofereça acidentes significativos, não foi usado como rota no período colonial, pois grande parte de seu curso pertencia à América espanhola, sendo, portanto, vedado aos portugueses.

de povoamento e proteção de suas fronteiras. Nesse ínterim, o governador de Mato Grosso que ganhou notoriedade pelo “criterioso e inteligente plano de ocupação das fronteiras para legitimar as posses portuguesas” foi Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quem fundou, entre os anos de 1772 e 1778, vilas e fortes no território mato-grossense (CORRÊA, 1999, p.18). Frisamos que se almejava a garantia dos territórios e das fronteiras, então, para isso, a localização desses fortes e vilas era pensada estrategicamente, sempre à beira de rios ou buscando territórios que dificultassem a chegada de inimigos.

Dentre seus feitos constam o Forte de Coimbra (1775), no Baixo Paraguai; as obras do Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do rio Guaporé, na divisa entre Brasil e Bolívia; as povoações de Albuquerque (que deu origem à cidade de Corumbá) e Vila Maria (Cáceres), ambas em 1778; e Poconé (1781). Sobre o Forte Coimbra e a localização de Albuquerque, Campestrini (2016, p. 77) alega: “Importava era a ocupação da margem direita do rio Paraguai (...) para assegurar o completo domínio daquelas terras (e águas), servindo de verdadeira retaguarda (...) e de apoio a viajantes que passavam por ali, em monções de São Paulo para Cuiabá”.

De acordo com Prado Junior (1961, p.52-53), “Afora isto, nada mais havia na capitania que os fortes e praças armados, com suas guarnições e dependências que protegiam as fronteiras da colônia (...)”. A real intenção de Portugal era ocupar e tomar para si essa porção fronteira do território brasileiro, ampliando seus domínios.

Em 1822 ocorreu a Independência do Brasil, notícia que chegou a Cuiabá apenas no ano seguinte (CAMPESTRINI, 2016). O Brasil deixa, então, de ser possessão portuguesa (fora colônia até 1815, passando a Reino Unido ao de Portugal e Algarve), fundando-se, assim, o Império do Brasil, quando as capitanias passam a ser províncias (GUIMARÃES, 1999).

Segundo Corrêa (1999), em meados do século XIX teve início uma nova fase de desenvolvimento da Província quando foi estabelecido entre o Império Brasileiro e o Paraguai a abertura da livre navegação do rio de mesmo nome, mediante a assinatura, em 1856, de um tratado de comércio, navegação e amizade que permitia acesso direto à Cuiabá pela foz do Prata e pelo Atlântico. Por esse motivo novos núcleos de povoamento se formaram às margens do rio Paraguai. A partir de 1857, em virtude do tratado firmado com a República do Paraguai, tal rio passou a ser a principal via de comunicação e de transporte com o exterior e a imensa extensão da província e a grande quantidade de rios navegáveis favoreceu essa utilização. Nesse sentido, criou-se, então, a Companhia de Navegação à Vapor do Alto-Paraguay (AYALA; SIMON, 1914).

De fato, afastados os obstáculos à livre concorrência e franqueada a navegação fluvial para Mato Grosso, houve um maior incremento comercial nessa Província com uma intensa circulação de mercadorias inglesas na bacia do Prata, ultrapassando as fronteiras do Paraguai e alargando seus limites para o interior mato-grossense. Com isso foram reduzidas as dificuldades de acesso a essa Província brasileira, até então restrito ao caminho terrestre por Goiás (ALVES, 1984). Todavia, as relações conflituosas entre os países do Prata – o que culminou com a Guerra do Paraguai (1864-1870) – impediram a exploração de todo o potencial da nova rota, que foi definitivamente reaberta em 1870, o que possibilitou a comunicação entre Mato Grosso e o Atlântico, tendo a região sido colocada em contato com o litoral brasileiro e com o exterior (SILVA, 2004).

Acresce-se a isso a dificuldade de locomoção, no início do século XX, entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. Bueno (1880), em *Memoria justificativa dos trabalhos de que foi encarregado á Província de Matto Grosso*, relata que o Governo Imperial contratou a Casa Conceição & Companhia “a navegação entre esta Côrte e a cidade de Cuyabá” (BUENO, 1880, p. 31). Segundo narra, o

serviço era realizado por três ordens de pacotes (embarcações); a primeira, do Rio de Janeiro a Montevideú, com duração de 10 dias; a segunda de Montevideú a Corumbá, com duração média de 15 dias; e a terceira de Corumbá a Cuyabá, estendendo-se por mais 5 dias. A mesma viagem é descrita por Emílio Schnoor (1908, p. 36-37) no Relatório da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil do ano de 1908:

O unico meio de acesso rapido que tem tido o Brazil a esta sua enorme linha de fronteira com o Estrangeiro tem sido pela navegação marítima de Rio de Janeiro a Montevideú, pelo Rio da Prata, e depois pelo Rio Paraná, e pelo Rio Paraguay acima, por mais 2.674 kilometros de navegação fluvial, no meio das Republicas Argentina e de Paraguay, para assim alcançar depois de 4.444 kilometros de navegação o principio de seu territorio na foz do Rio Apa no Paraguay.

Com mai de 735 kilometro de navegação fluvial, se chega a Corumbá a 5.197 kilometros do Rio de Janeiro e mais 833 kilometros ou um total de 6.030 kilometros se attinge Cuyabá, capital do Estado de Matto Grosso.

A duração de uma viagem do Rio de Janeiro a Corumbá é de 25 a 30 dias, isto é o duplo de tempo necessario para ir do Rio de Janeiro a Europa (SCHNOOR, 1908, p. 36-37).

Assim, de acordo com Ghirardello (2007), os rios, vias naturais, foram, por muitos séculos, os principais, e difíceis, caminhos de acesso que permitiram o alargamento das fronteiras coloniais da Província de Mato Grosso, tendo essas chegado aos limites junto aos rios Guaporé e Mamoré, hoje Estado de Rondônia e fronteira com a Bolívia. “O peso estratégico de Mato Grosso historicamente teve papel relevante, muito embora, devido a distância de suas primeiras cidades, formadas à beira de jazidas, num território tão central, tenha permanecido sem uma ligação regular com áreas de maior povoamento da colônia junto à costa” (GHIRARDELLO, 2007, s.p.).

4.2 Os rios no processo de ocupação das terras do sul de Mato Grosso

No final do século XVII, várias rotas, em sua maioria fluviais, foram utilizadas para se atingir o território sul-mato-grossense, no entanto, de acordo com Campestrini (2016), era natural que surgissem caminhos por terra ligando os poucos pontos de povoamento que haviam pelo sul da Província, até porque as viagens pelos rios, como já foi explicitado, eram demoradas, além de que, entre esses caminhos, era significativo o comércio, principalmente, de produtos agrícolas e gado.

Para evidenciar a má qualidade dos caminhos do sul de Mato Grosso, já no final do século XIX, Francisco Antônio Pimenta Bueno fora encarregado de fazer uma expedição a fim de realizar um minucioso estudo sobre as comunicações da Província. Observando as péssimas condições dos caminhos tanto fluviais quanto por terra produziu o livro *Memoria justificativa dos trabalhos de que foi encarregado á Província de Matto Grosso* (1880), onde constatou:

Em muitos passos de rios e ribeirões torna-se indispensavel a construção de pontes e pontilhões, (...) e assim a passagem das cargas e dos viandantes dá um trabalho insano, com o unico recurso que lhes resta do nado e das pelotas. (...) É desnecessario encarecer a importancia das vias de comunicação para qualquer paiz, e portanto comprehende-se bem quanto concorrerão para o atraso do commercio e desanimo da lavora essas interrupções de transito e dificuldades de transportes, devidas aos máos caminhos de que a provincia dispõe geralmente (BUENO, 1880, p. 15-16).

Na primeira metade do século XIX, nas terras sul-mato-grossenses, havia escassa concentração populacional, contudo, a partir da década de 1830, essa região foi palco de um processo de expansão interna no qual expropriações de terras indígenas eram frequentes e “pioneiros” disputavam glebas imensas sem limites definidos (DOURADO, 2015). Interessante observar que, nesse momento, o Império brasileiro não se preocupava somente com as fronteiras nacionais frente aos países vizinhos, mas também se consternava com a ocupação interna, visto ser o país um conglomerado de Províncias ainda não muito consolidadas, sobre as quais temia-se que se tornassem independentes. Assim, a intenção era criar um “Estado Nação” e uma “expansão para dentro” (SOUZA NETO, 2012).

Assim, nesse meião de século já havia modesta concentração populacional nos arredores do presidio de Miranda (1797), em Corumbá, no Forte de Coimbra (1775), no povoado de Albuquerque, além da população indígena ao redor de alguns núcleos e na região entre os rios Ivinhema e o Iguatemi (1767), mas também havia uma ocupação em razão da rota da Vacaria, da Fazenda Camapuã, no destacamento do Piquiri e no Sertão dos Garcias (CAMPESTRINI, 2016). Estava, assim, firmemente caracterizada a superfície territorial do atual Estado de Mato Grosso do Sul (GUIMARÃES, 1999).

Ainda no período das monções, através do caminho denominado Rota da Vacaria, sertanistas navegavam os rios Tietê, Grande, Pardo, Anhanduí, Aquidauana, Miranda, Paraguai e, finalmente o rio Cuiabá na intenção de aprisionar índios para serem utilizados como mão de obra cativa em São Paulo. A Vacaria compreende o território que se estendia dos rios Vacaria e Ivinhema até o rio Paraguai. Em busca do recém descoberto ouro de Cuiabá através da monção da rota da Vacaria, em 1719, partiram de Itu (SP), rio Tietê abaixo, quatro irmãos que, quando com pouco mantimento, fizeram parada em local próximo às nascentes do rio Pardo e estabeleceram roças no ponto do varadouro o qual denominaram de Camapuã. Estavam, portanto, abrindo caminho para os aventureiros que varariam os sertões desconhecidos para as minas de Cuiabá. A fazenda prosperou em vista de os monçoeiros, desprovidos de mantimentos nas viagens para as minas, requererem sua produção roceira. Fundava-se, assim, aquela considerada a primeira propriedade agrícola do atual Estado de Mato Grosso do Sul: a Fazenda Camapuã (GUIMARÃES, 1999).

Quando o país deixa de ser colônia de Portugal, os novos administradores passam a olhar com maior desvelo os seus territórios. Desde 1816 o governo da Província se empenhava na abertura de uma estrada que ligasse, por terra, Cuiabá a São Paulo (CAMPESTRINI, 2016). No ano de 1825, assume o primeiro presidente da província de Mato Grosso, o Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira, que determina que se proceda um estudo visando encurtar o caminho de Cuiabá para a Província de São Paulo já que o caminho por água, das monções e o caminho por terra de Goiás eram “assaz dificultosos e longos, encarecendo as viagens para o litoral”, pois o pagamento de tributos pelas passagens dos rios encontrados era medida recorrente praticada na época (GUIMARÃES, 1999, p. 68). Para isso, o governante, com vista voltada para o novo caminho por terra, contrata o sertanista Joaquim Francisco Lopes para abrir a futura estrada do Piquiri, em território paulista além-Paraná e fazer as explorações por terra, cortando caminho a facão e machado. O interesse era atingir a vila de Constituição, atual cidade de Piracicaba (SP) partindo de Cuiabá (MT) (GUIMARÃES, 1999).

De acordo com Campestrini, todo estudo sobre o sul de Mato Grosso torna obrigatório o discurso sobre o Sertanejo Joaquim Francisco Lopes, o qual fez quatro viagens de exploração pelo sul-mato-grossense, registrando-as em relatórios, uma espécie de diário de viagem. Essas

narrativas foram compiladas em uma obra denominada *Derrotas*, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) em 2010. Joaquim Francisco Lopes fazia parte de um grupo de itinerantes que vagou pelas terras do planalto sul de Mato Grosso e principalmente pelos rios da Bacia do Paraná para abrir e fundar posses tanto para si quanto para seus parentes ou a serviço de outros; rasgou estradas carreteiras pelos cerrados e campos e inaugurou várias rotas terrestres e de navegação (DOURADO, 2015).

De acordo com *Derrotas* (2010), a primeira exploração de Joaquim Francisco Lopes, a partir de 1829, foi no sertão do Paranaíba – termo que aqui faz referência ao rio, formador, com o Grande, do rio Paraná; e não à atual cidade de Paranaíba – com a finalidade de transpor o rio Paraná no lugar que julgasse mais conveniente, iniciando uma picada onde pudesse passar um cargueiro até a vila de Piracicaba e fazer posses. Dessa maneira, em 1829 tem início a primeira exploração de Joaquim Francisco Lopes no sertão do rio Paranaíba, em terras recém-descobertas pelos irmãos Garcia Leal, moradores do Triângulo Mineiro (CAMPESTRINI, 2016). Os Garcia Leal eram compostos por quatro irmãos (José, Januário, João Pedro e Joaquim), os quais exploraram (e ali se estabeleceram) a região que, mais tarde, ficou conhecida por “Sertão dos Garcias” ou região habitualmente chamada de “vácuo”, “deserto” ou “despovoado”, compreendida pelos rios Aporé, Paranaíba, Paraná e Pardo – o atual bolsão sul-mato-grossense.

Sá Carvalho, no manuscrito encontrado no IHGMS intitulado *Os Garcias, os Lopes e os Pereiras*, traz que, nessa primeira viagem de entrada, atravessaram o rio Paranaíba onde ele

ali corria manso, largura de cerca de vinte metros, com matos e cerrados em ambas as margens. Tudo pronto, fizeram a travessia dia 29 de julho do ano de 1829 (...). Atravessaram a mata marginal do lado direito do rio fazendo picada estreita, com 2 ½ léguas atingiram campos limpos, escolhendo lugar à margem de um córrego de águas límpidas, batizaram de Santana (...). Essa primeira posse estava assim feita para ele, José Garcia Leal; e o marco foi um grande cruzeiro lavrado em aroeira, pelos empregados que levaram (SÁ CARVALHO, *Os Garcias, os Lopes e os Pereiras*, s.n.t.).

O livro *Derrotas* (2010), que traz os relatos de Joaquim Francisco Lopes, indica a passagem pela região do salto de Urubupungá, no rio Paraná, e a possível gênese do povoado de Santana do Paranaíba (MS). Constata-se, no entanto, segundo Campestrini (2016), que somente em 1833 principia-se o povoado de Santana do Paranaíba.

subimos pelo ribeirão de Santa Quitéria a ver uma fazenda que o dito Garcia deu a meu pai; fizemos roça e voltemos; rodamos; no Arapungá⁷ (...) seguimos; abaixo do Sucuriú no lado direito demos princípio a fazer posses. (...) Em dezembro passei o meu carro para Santana, carregado de mantimento e plantações para se fundar a nova situação de Santa Ana⁸; passou-se gados e porcos do dito Garcia. No ano de 32 fiz uma canoa no Monte Alto, na roça do referido Garcia (DERROTAS, 2010, p.22-23).

O surgimento do Sertão dos Garcias gerou oportunidades para o povoamento de uma extensa área ribeirinha do Paraná, do rio Verde e do rio Sucuriú. Com o tempo, os descendentes desses primeiros fazendeiros foram ocupando terras à margem, também, do rio Pardo e de outros ribeirões da região. Foi esse Sertão e seus recursos hídricos, nos seus primórdios de ocupação,

⁷ Acima, “Arapungá”, hoje conhecida por Urubupungá, era um salto no rio Paraná (duas léguas acima da foz do Tietê), hoje inundado pela represa da hidrelétrica de Jupia (DERROTAS, 2010, p. 22).

⁸ Aqui, Santana diz respeito ao rio batizado pelos Garcia Leal. “Santa Ana”, por sua vez, é acreditado se tratar de o povoado formado pelas mesmas pessoas já citadas.

que deram ânimo para que outros sertanistas viessem ocupar aquele espaço. Povoar a região até então conhecida por “vácuo”, situada no leste sulino era uma maneira de fazer valer o direito “de fato” das terras (GUIMARÃES, 1999). Era o início do povoamento do atual Estado de Mato Grosso do Sul e, especialmente, o princípio do assenhoreamento das terras do leste do sul do Estado mato-grossense no começo do século XIX.

4.3 A paisagem natural do sertão mato-grossense

A paisagem do “sertão desconhecido” habitado pelos indígenas da etnia Caiapó para onde se dirigiram os Lopes, os Garcia Leal e as demais famílias de sertanistas nos primeiros anos do século XIX pode ser considerada, segundo Besse (2014, p. 12), como “uma representação cultural (...), como um território produzido pelas sociedades na sua história, como um complexo sistêmico articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva (...)”. Assim, do ponto de vista físico, pode-se dizer, em resumo, que o sul de Mato Grosso é dividido naturalmente em duas zonas, a saber: a primeira, dos campos de planalto (parte do planalto sedimentar da Bacia do Paraná), com áreas de cerrado, de mata tropical e de campos limpos (onde inclui-se os campos da Vacaria e o Sertão dos Garcias); e a segunda zona, a baixada do Paraguai (o Vale do rio Paraguai), compreendendo o Pantanal e os maciços montanhosos como Urucum e a Bodoquena (RELATÓRIO DA CEFNOB, 1908, p. 37).

O Relatório da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil do ano de 1908 diferencia as duas zonas. A zona da grande baixada, grandemente conhecida como o Pantanal mato-grossense tem cerca de 100.000 quilômetros quadrados e é formada pelos alagadiços que margeiam o rio Paraguai e seus afluentes. “Pantanal significa simplesmente uma superfície de terreno baixo, plano, com pouco ou nenhum declive e sujeito em parte as inundações periódicas do Rio Paraguai ou de seus afluentes” (RELATÓRIO DA CEFNOB, 1908, p. 39).

Segundo o mesmo documento, a outra zona é chamada de zona dos campos de planalto e é formada, em sua maior parte, por águas vertentes do Paraná, que a limita em cerca de 600 quilômetros ao oriente, achando-se Campo Grande em seu extremo ocidental. O terreno do planalto é ondulado sendo cortado por abundantes cursos d’água perenes, que constituem os grandes afluentes da margem direita do Paraná, dentre eles o Sucuriú, o rio Verde, o rio Pardo e o Ivinhema possuem grande relevância, além de seus numerosos afluentes e nascentes secundárias e terciárias (RELATÓRIO DA CEFNOB, 1908, p. 38).

Em artigo ao *Jornal O Estado de S. Paulo* de 14 de maio de 1940, José Ribeiro de Sá Carvalho escreve *A Navegação do Alto Paraná* e sobre este rio destaca alguns pontos de relevo ao estudo em questão. De acordo com ele, o rio Paraná, um dos mais importantes e pitorescos da América do Sul, tem sua bacia hidrográfica compreendendo grande parte do Brasil Central, banhando, também, as repúblicas argentina e paraguaia. Seus formadores são os rios Grande e Paranaíba, dois caudais que se unem para formá-lo, o qual consta de uma extensão de 528 quilômetros (AYALA; SIMON, 1914) e de quedas d’água importantes, além de ilhas e praias que formam variadas paisagens. No seu curso, tem dois patamares notáveis, formados pelos Saltos do Urubupungá e das Sete Quedas, sendo pouco navegável na sua descida até a corredeira do Urubupungá, francamente navegável do Jupirá até Guairá, á montante da corredeira das Sete Quedas. Por fim, é navegável das Sete Quedas até o rio da Prata. O rio Paraná foi um importante personagem no caminho às missões jesuítas e aos bandeirantes.

É um fato que a rede hidrográfica do Mato Grosso consta de muitos rios caudalosos e a quantidade de riachos e córregos perenes é de uma abundância presente em raras nações: “Poucos são os paizes que possuem tão opulenta distribuição de agua em seu solo como o Estado de Matto-Grosso” (AYALA; SIMON, 1914, p. 45). Segundo o *Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso*, pode-se assegurar, sem receio de erro, que, em virtude dos elementos naturais de que dispõe o território mato-grossense, a indústria pastoril é uma das maiores riquezas do espaço:

Ella abrange uma imensa zona, situada entre os rios Paraguay (...) e Paraná, onde encontra elementos os mais favoráveis para o seu desenvolvimento:

campos cobertos por verdejantes pastagens naturais, entrecortados por cordilheiras de mattas e regados por inúmeros rios, riachos e lagoas, onde manadas de muitas centenas de mil rês encontram alimento para a sua subsistência.

Os campos de criar são de duas espécies bem distintas: uma, situada em regiões elevadas, fora do alcance das inundações produzidas pelas enchentes periódicas do rio Paraguay e seus afluentes (...); a outra, constituída pelos campos chamados de pantanal (...).

Eis as duas espécies de campos existentes em Matto-Grosso. Tanto n'uma como n'outra, a indústria pastoril encontra elementos próprios para o seu desenvolvimento, e difícil julgar-se qual seja a mais vantajosa á referida indústria (AYALA; SIMON, 1914, p. 285, grifos nossos).

O Relatório da CEFNOB de 1906 expõe o reconhecimento da margem direita do Paraná, onde diz que a orla de mato é estreita, e prevalece os cerrados e os campos limpos. Nas fazendas sul-mato-grossenses, o gado vive livremente nesses extensos campos onde encontra elementos para sobreviver sem muito cuidado humano, fugindo por si só das intempéries (AYALA; SIMON, 1914). Segundo os autores (1914), em algumas fazendas de campos firmes no sul do Estado a pecuária tem se desenvolvido por causa das suas ricas pastagens e da proximidade de grandes mercados consumidores.

Nota-se que, nos relatórios das ferrovias, bem como no *Álbum Graphico* (1914), a vegetação dessa faixa do Mato Grosso começa a marcar presença, quando as terminologias “cerrado”, “cerradão”, “campos limpos”, “capim mimoso”, etc., aparecem. O *Álbum* (1914) explica que o cerrado compõe-se de plantas lenhosas, arvorezinhas, arbustos, ervas e grama e que nunca toma o caráter de mata, sendo um arvoredo o qual guarda sinais do campo: a vegetação é pouco densa, insuficiente para assombrar o solo e, por consequência, o chão quente e seco fica exposto à claridade do sol e à força dos ventos. Quando o cerrado fica com as plantas lenhosas mais espaçadas ou quando estas desaparecem cedendo o lugar às gramíneas forrageiras, a formação chama-se um “campo limpo”, com diversas classes de “campim mimoso”, espécies tenras e nutritivas dos gêneros *Paspalum* e *Panicum*. (AYALA; SIMON, 1914, p. 299).

O Relatório da CEFNOB de 1908 evidencia: “Esta zona é caracterizada pela ausência de mattas grandes, existindo somente cerrados em alguns dos chapadões, e matto baixo nas margens dos cursos d’água, e pelos grandes campos de criação de gado (...) com pastos naturais de primeira ordem, em terra roxa em sua quasi totalidade (RELATÓRIO DA CEFNOB, 1908, p. 38). Mais adiante, no entanto, acrescenta: “Mas no Matto Grosso os cerrados não são terrenos inutilisáveis, pois contem pasto e mesmo arvoredos baixos cujas folhas são muito apreciadas pelo gado, que ahi encontra também sombra nos grandes calores estivaes” (RELATÓRIO DA CEFNOB, 1908, p. 39).

Nesse ínterim, ao longo do século XIX, os posseiros que se afazendaram nas terras em especial do leste do sul do Estado de Mato Grosso encontraram uma topografia plana, pouca mata nativa, vegetação rala e abundância de água e dos campos a rigor (SILVA, 2010), paisagem que conduziu-os, sobretudo, ao desenvolvimento da atividade pecuária, finalidade para a qual vieram, numa corrente migratória que avançava sobre o rio Paranaíba e Grande.

5 CONCLUSÃO

Segundo Besse (2006), trabalhar a paisagem sobre um ponto de vista teórico, fazendo uma análise histórico-espaco-social, supõe abordar a justaposição de diferentes discursos e pontos de vista sobre essa paisagem pré-definida culturalmente como um território produzido pelas sociedades ao longo do tempo, a qual articulou elementos naturais, culturais e sociais. A paisagem, em especial, o relevo, a vegetação, o clima e a hidrografia foram a chave para a formação dos limites territoriais mato-grossenses e, também, brasileiros, tendo sido os rios os

protagonistas para a penetração e as entradas ao “Sertão” de Mato Grosso pelos bandeirantes. Conforme abordado, os rios, vias naturais de incursão ao interior do país, foram os principais caminhos de acesso que permitiram o alargamento das fronteiras coloniais da Província de Mato Grosso. Posteriormente, o surgimento do Sertão dos Garcias por sertanistas advindos dos rios Tietê, Grande e Paranaíba, gerou oportunidades para o povoamento de uma extensa área ribeirinha do Paraná, do rio Verde e do Sucuriú, principiando a ocupação do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Foram os rios as vias que levaram os sertanistas para o interior, indicando o caminho para os “territórios outros”. Segundo Cassiano Ricardo (1959, p. 77), o “Sertão” chamou o homem, a montanha empurrou-o e o rio conduziu-o nos ombros “para que ele fosse saber o que o sertão queria”.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Deixamos aqui nossos agradecimentos pelo apoio recebido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a História: 1870-1929** (Ensaio sobre a transição da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). São Paulo: Ed. da AGB, (Boletim Paulista de Geografia), n. 61, 1984.

AYALA, C. S.; SIMON, F. **Álbum gráfico do Estado de Matto-Grosso**. Corumbá-Hamburgo: s.n., 1914.

AMORIM, Marcos Lourenço de. **O “Segundo Eldorado” Brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araraguaba a Cuiabá (1719-1838)**. Dourados, MS: PPG/UFMS, 2004.

BESSE, Jean-Marc. Las cinco puertas del paisaje: ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas. In: MADERUELO, J. (Org.). **Paisaje y pensamiento**. Madrid: Abada, 2006. p. 145-171.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. 208 p.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 8. ed. Campo Grande: IHG, 2016.

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. As cidades e os rios: chaves de leitura utilizadas na pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. **Anais do III ENANPARQ**. São Paulo: Universidade Mackenzie/PUCCAMP, 2014. v. 1. p. 1-12.

CONSTANTINO, N. R. T.; FOLONI, F. M.; BIERNATH, K. G. RIOS E FERROVIAS: CONEXÕES E IDENTIDADE ENTRE A CIDADE E PAISAGEM. In: Marta Enokibara; Nilson Ghirardello; Rosio Fernández Baca Salcedo. (Org.). **Patrimônio, paisagem e cidade**. 1ed.Tupã: ANAP, 2016, v., p. 59-82.

CORRÊA, Dora Shellard. Os rios na formação territorial do Brasil. Considerações sobre a historiografia paulista. In: ARRUDA, G. (org.). **A natureza dos rios – história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CORRÊA, Lucia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

Derrotas. Joaquim Francisco Lopes. Campo Grande: IHGMS, 2010. 159 p. (Série Memória Sul-Mato-Grossense, v. 1). Organizado por: Hildebrando Campestrini.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. O cotidiano nos Campos de Vacaria (Mato Grosso Séc XIX). In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores - Velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis SC. **Anais Eletrônicos ANPUH 2015**. Florianópolis, 2015. v. XXVIII.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GHIRARDELLO, Nilson. A cidade de Três Lagoas (MS) num conceito estratégico de ocupação. Apresentado no XII SOL – **Seminário de Arquitetura Latino-Americana** – Chile, 2007.

GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, 2002.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica**. Campo Grande, MS: UCDB, 1999.

LAMPARELLI, C. M. **Metodologia aplicada à Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, 1996.

LOPES, Pedro Henrique; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. Percepção dos córregos urbanos ocultos – o caso do córrego do veado em Presidente Prudente – SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. ANAP. V. 06, n. 44, 2018.

MATOS, Odilon Nogueira de. Notas sobre o caminho para Mato Grosso. **Revista de História**. São Paulo, (4), 1950.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Gráfica Urupês S. A., 1961.

RELATÓRIO da directoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil apresentado à Assembléa Geral Ordinária realizada em 11 de Junho de 1906. Rio de Janeiro, Typographia de Heitor Ribeiro, 1906.

RELATÓRIO da directoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil apresentado à Assembléa Geral Ordinária realizada

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. A influência da bandeira na formação social e política do Brasil. 3ª ed. v. I e II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. 2008. 247 fl. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). – Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP/Assis. Assis, dezembro de 2008.

SÁ CARVALHO, José Ribeiro de Sá. A Navegação do Alto Paraná. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de Maio de 1940.

SÁ CARVALHO, José Ribeiro de Sá. **Os Lopes, os Garcias e os Pereiras**. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

SÁ CARVALHO, José Ribeiro de Sá. **Reminiscências dos Sertões dos Garcias em memória do Cel. Alfredo Justino de Sousa**. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

SILVA, Edil Pedrosa da. **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso: 1870-1930**. Cuiabá Entrelinhas, 2004.

SILVA, Fernanda Aparecida Henrique da. Discursos de colonização: os engenheiros e a promoção do progresso. **ANais eletrônicos do X Encontro de História de Mato Grosso do Sul**, I Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História. Três Lagoas: UFMS/CPTL, 2010.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o Império: Os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)**. São Paulo: Alameda, 2012.